

48º FORPROEX da Região Sudeste: o Fórum da resistência¹

Nilma Lino Gomes

Professora da graduação e pós-graduação da FAE/UFMG
nilmagomes@uol.com.br

Resumo

Este artigo é resultado da conferência de abertura realizada durante o 48º Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior da Região Sudeste – FORPROEX-Sudeste. Analisa os desafios das políticas e práticas de extensão desenvolvidas pelas universidades e demais Instituições de Ensino Superior (IES), em um momento político de profundos retrocessos nos avanços dos direitos conquistados, no Brasil, nos últimos 13 anos. Propõe um novo desafio para a político-prática de extensão, inspirando-se nos estudos do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010), a saber: uma extensão pós-abissal, que caminhe junto às principais lutas emancipatórias dos movimentos sociais e coletivos sociais diversos.

Palavras-chave: Extensão universitária. Emancipação social. Resistência. Movimentos sociais. Educação.

A extensão, no Brasil, vive um momento difícil. Nós, brasileiras e brasileiros, que lutamos pela emancipação social, passamos a viver, a partir de 17 de abril de 2016, um momento sombrio da história política brasileira², momento no qual assistimos a um golpe que usurpou o governo federal e trouxe nefastas consequências para toda a sociedade, com destaque para as trabalhadoras, os trabalhadores e os pobres.³

¹ Foi uma oportunidade ímpar falar para aquelas e aqueles que atuam em uma das desafiadoras áreas das Instituições de Ensino Superior: a extensão. Quando reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (2013-2014) construí, junto com a professora Ana Lúcia Silva Souza (UFBA) e demais colegas, a Pró-reitoria de Extensão dessa universidade, a partir das práticas e experiências extensionistas realizadas pela então coordenação de extensão e de diálogos com os estudantes, docentes, técnico-administrativos e comunidade.

² Segundo manchete do jornal on-line El País, publicada em 19/04/2017: “Circo e constrangimento na Câmara dos Deputados: parlamentares votam o impeachment da presidenta entre cartazes, bandeiras e gritos. (http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/17/internacional/1460921625_869124.html) (Acesso em 02/0/2017).

³ Agradeço o convite feito pela UFMG, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais para participar do 48º Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior da Região Sudeste, realizado de 05 a 07 de abril de 2017, na UFMG. Este artigo se inspira na conferência de abertura realizada nesse evento. Um agradecimento especial às professoras Benigna Maria de Oliveira e Cláudia Mayorga (Pró-reitora e Pró-reitora adjunta de extensão) pelo convite e parceria.

Mas não é só isso. As vítimas principais desse golpe e sua política de retrocessos são, também, os coletivos sociais diversos transformados em desiguais: as mulheres, os negros, os indígenas, a população LGBT, os quilombolas, as pessoas do campo, com deficiência, a população ribeirinha, os povos dos mares e das florestas, entre outros; sujeitos cujas vidas foram tratadas de forma mais democrática nos últimos 13 anos de políticas sociais desenvolvidas pelo governo federal, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores.

A onda de retrocessos que vivemos, no Brasil, não somente em nível federal, mas também em vários estados, municípios e no DF, tem a capacidade de afetar lutas históricas pela democracia, seus sujeitos e seus avanços. Dentre elas estão a luta pelo direito e pelo reconhecimento da diversidade.

O lugar da extensão

O artigo 207 da Constituição Brasileira dispõe que *“as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*⁴.

Ensino, pesquisa e extensão, como sabemos, constituem as três funções básicas da Universidade pública e das demais Instituições de Ensino Superior (IES). Essas funções devem ser equivalentes e merecem igualdade em tratamento, pois, ao contrário, estaremos violando um preceito constitucional.

No entanto, sabemos que o ensino superior ainda é permeado por uma mentalidade que hierarquiza essas três funções. No caso da extensão, nos últimos anos, essa hierarquia não tem sido em relação à quantidade de ações praticadas pelas IES, mas, sim, em atribuição ao valor acadêmico e ao que significa “ser um(a) profissional que valoriza e realiza a extensão”. É possível observar que, no campo da produção do conhecimento, ao longo dos anos, a ordem tradicional das funções básicas das IES tem sido: em primeiro lugar a pesquisa, em segundo o ensino e continuando em último lugar, a extensão.

⁴ www.planalto.gov.br

Mesmo que o investimento na pesquisa ainda seja aquém do que necessitamos e do potencial que podemos investir no país, sobretudo em algumas áreas do conhecimento, temos assistido cada vez mais a uma hipervalorização do “cientista”, uma cobrança cada vez mais insana pelo alcance internacional das nossas produções, principalmente, em tempos de internacionalização do conhecimento.

Também observamos uma forte valorização da pós-graduação *stricto sensu* e um afastamento da graduação, considerada como a nossa primeira formação como profissionais das mais variadas áreas, no ensino superior.

Lamentavelmente, ainda encontramos muitos colegas nas IES que, em tempos de implementação das políticas de ações afirmativas para jovens pobres, de escola pública, negros, indígenas, quilombolas e deficientes no ensino superior (fruto das demandas dos movimentos sociais e das Leis 12.711/12 e 12.990/14), desvalorizam a graduação e desqualificam o novo tipo de estudantes e docentes que hoje chegam em maior quantidade a essa formação, oriundos dessas políticas. Portanto, aqueles e aquelas que já desprezavam as atividades na graduação, encontraram mais um argumento preconceituoso para reforçar as suas opiniões.

É curioso notar que a extensão continua no mesmo lugar dentro dessa visão hierarquizada da função básica da universidade pública e demais IES. Ou seja, o último lugar. Por que será?

É fato que atualmente conseguimos avançar e ter mais reconhecimento da ação extensionista nas instituições públicas. Construímos uma política nacional de extensão universitária. Impactamos o governo federal e seus diferentes ministérios e, nos últimos anos, conseguimos a publicação do edital PROExt, pelo qual tanto lutamos para implementar⁵. Conseguimos editais das fundações de pesquisa que articulem pesquisa e extensão. Também foi possível avançar um pouco mais no orçamento destinado para a extensão, aumentamos o número de bolsas e, até mesmo, conseguimos um lugar de

⁵ O Programa de Extensão Universitária (PROExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o PROExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. (www.portal.mec.gov.br). Acesso em 02/07/2017.

maior relevância institucional para as atividades de extensão, a ponto de contarem institucionalmente na distribuição dos encargos didáticos e administrativos como uma importante prática acadêmica.

Mesmo com todos esses avanços, a extensão ainda busca ocupar um lugar de maior relevância acadêmica e institucional nas IES e nas políticas orçamentárias das instituições públicas mantenedoras e dos governos. E ainda vivemos uma tensão e polarização entre os objetivos dessa própria atividade. Afinal, realizar extensão como prestação de serviços, que dialoga com as empresas, ou como uma ação emancipatória e comprometida com as necessidades da comunidade e com a inclusão social?

O 48º FORPROEX Sudeste: o fórum da resistência

Essas questões, impasses e desafios da extensão tendem a crescer e ganhar novos contornos no momento político e histórico em que o 48º Fórum se realizou. Certamente, esse foi um evento que entrará para a história das IES públicas com a marca de ter sido o “48º FORPROEX Sudeste da resistência”.

O momento político do golpe disfarçado de impeachment da primeira mulher eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, está a afetar o país e a universidade pública como um todo. Logo, é melhor que tracemos formas de diálogo, parceria, resistência e compreensão mútua, pois, caso contrário, seremos presas fáceis para o projeto conservador, neoliberal, neocolonial e de direita que está em curso na sociedade.

A proposta da Terceirização (contratação de serviço terceirizado em qualquer atividade de uma empresa); a Emenda Constitucional 96/2016 (antiga PEC 241/55, que congela por vinte anos recursos públicos federais destinados a educação, saúde e assistência); a Reforma da Previdência (que muda radicalmente as regras da aposentadoria); a Reforma Trabalhista (que retira direitos trabalhistas conquistados e presentes na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT); o desmantelamento do Sistema Único de Saúde (via proposta de abertura para os planos de saúde privados); o retrocesso da pauta da igualdade de gênero e racial (extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos); a abertura de maior espaço político para os grupos ruralistas e o agronegócio (desmantelamento do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária – INCRA - e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI - a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário); a criminalização dos movimentos sociais e a violência contra as trabalhadoras e os trabalhadores do campo, povos indígenas e quilombolas, trarão retrocessos inimagináveis para o país e para a universidade pública.

Esses retrocessos acontecem justamente no período em que avançamos com a implementação das políticas de ações afirmativas e de inclusão social nas universidades públicas e privadas, em decorrência de um projeto de Estado Democrático, gerido pelo primeiro partido de esquerda que conseguiu chegar ao governo federal e implementou, nacional e internacionalmente, políticas sociais de combate à fome, à pobreza, à discriminação e pela construção de moradias para a população pobre brasileira.

Trata-se de um projeto democrático de Estado que possibilitou, ainda, uma significativa expansão do ensino superior, da Rede Federal, de sua história e que tem mudado o perfil dos estudantes universitários.

Segundo Silva (2011):

(...) a presença na Educação Superior de número expressivo de estudantes de segmentos sociais que até recentemente não alcançavam esse nível de educação, implica mais que a simples transformação quantitativa da população universitária (BRITTO, et al, 2008, p. 787). Há uma condição estudantil compartilhada pelos estudantes universitários que não é homogênea e está atravessada por diferenças de classe, gênero, idade, culturais acadêmicas e institucionais (GAVIRIA, 2006, p.335). (p.01).

De acordo com o Ministério da Educação:

“(..) de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades, referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento.

São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade

Tecnológica.
(www.redefederal.mec.gov.br/expansaodaredefederal). (Acesso em 02/07/2017)”.

Com avanços e desafios, o ensino superior público brasileiro vem se expandindo e se democratizando. Vivemos processos de inclusão, interiorização e internacionalização mais sistematizados. E também garantimos o direito ao ensino superior aos sujeitos e coletivos sociais diversos que sempre reivindicaram esse nível de ensino, com destaque para os últimos 13 anos do governo federal.

219

As IES, sobretudo as públicas, passaram a vivenciar um novo processo de aprendizagem do que é ser uma instituição mais ampliada e democrática, no Brasil e na América Latina, uma democratização do acesso e da permanência, comprometida principalmente com as demandas e necessidades do eixo Sul do mundo, e não somente com as exigências do eixo Norte.

A extensão: dinâmica, complexa e tensa

Quer concordemos ou não, a extensão, de um modo geral, tem mais a cara da comunidade, da população, dos movimentos sociais e dos grupos que lutam contra o poder do capital.

No entanto, ainda convivemos, na prática, com interpretações muito diversas sobre os objetivos, as metas, o público e o alcance da extensão. Para exemplificar, realizamos uma busca nos mais variados sites de pró-reitorias de extensão de universidades públicas federais e percebemos algumas dessas diferenças, as quais serão aqui nomeadas de interpretações “clássicas” e “emancipatórias” de extensão.

Dentre as interpretações clássicas, geralmente a extensão é entendida como uma ação das instituições de ensino superior junto à comunidade ao seu redor, disponibilizando, ao público externo, o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos dentro das instituições. Espera-se que essa ação produza um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado.

A ideia aqui presente é a de que a extensão está associada à crença de que o conhecimento gerado pelas instituições de pesquisa e ensino superior deve, necessariamente, possuir intenções de transformar a realidade social, intervindo em suas “deficiências” e não se limitando apenas à formação dos estudantes regulares daquela instituição.

É muito comum ver nos sites das pró-reitorias de extensão, dentro dessa perspectiva clássica, a afirmação de que:

“por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar, até a comunidade, os conhecimentos de que é detentora, os novos conhecimentos que produz com a pesquisa, e que normalmente divulga com o ensino. É uma forma de a instituição socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos que estão do lado de fora. Entende-se que o conhecimento não se traduz em privilégio de uma minoria, mas é difundido pela comunidade, de acordo com os próprios interesses dessa mesma comunidade”.⁶

A visão é a de que, por meio da extensão, a universidade e as demais IES “irão” até a comunidade, ou “receberão” a comunidade em seu *campus*. As atividades de extensão ajudam na realização de pesquisa e diversificam o ensino, possibilitando o contato dos estudantes com outros setores da comunidade. Entende-se que, por meio da extensão, essas instituições se “comunicam” com a realidade local, regional ou nacional e têm a possibilidade de “renovar” seus currículos e suas ações, conduzindo-os para o atendimento da verdadeira realidade do país.

Já as interpretações emancipatórias de extensão são aquelas que não a dissociam do seu lugar de produtora de conhecimento e de transformação social. Nessa perspectiva, ela é vista como uma “forma de comunicação” que se estabelece entre a Instituição de Ensino Superior e segmentos sociais e comunitários, com perspectiva educativa, informativa, crítica e transformadora enquanto espaço de formação, de produção de conhecimentos e de interlocução das atividades acadêmicas de ensino e de pesquisa.

A extensão é entendida como uma política que:

se realiza por meio de um conjunto de práticas educativo-pedagógicas, políticas, multi/interdisciplinares, acadêmico-científicas, culturais e de inclusão social através de vivências que possibilitam o encontro entre

⁶ Por motivos éticos, não citaremos o nome e nem os sites dessas instituições.

saberes tradicionais com os conhecimentos científicos, de forma interativa, associando teoria e prática, no confronto com a realidade da diversidade de grupos e de práticas culturais.

A Extensão é também o lugar onde se busca a popularização da ciência, para a construção de possíveis estratégias e caminhos de enfrentamento de problemas e questões sociais, tornando-os disponíveis para a sociedade. Isso só se realiza por meio de uma proposta dialógica, interativa que relaciona teoria à prática voltada para uma cidadania crítica e ativa, exercida como direito social e com respeito à diversidade cultural⁷.

Portanto, estamos diante de interpretações e concepções bem distintas de extensão, embora possamos, à primeira vista, achar que falamos da mesma coisa.

Vários passos além: o que a realidade brasileira exige da extensão?

A realidade brasileira, hoje, exige que demos vários passos além para pensar o que é a extensão e a sua concretização em políticas, programas, projetos, ações e práticas. Isso significa que é preciso ir além até mesmo das interpretações, políticas e práticas emancipatórias de extensão universitária. É possível ousar, indagar, tensionar, fazer, refletir e produzir mais e com compromisso acadêmico, profissional, cultural e social.

É possível observar que em ambas as interpretações citadas anteriormente (clássicas e emancipatórias), a extensão aparece sempre com a ideia de ser a “ponte”, “de fazer a ligação”, entre as instituições e a comunidade.

Mas se a ideia de ponte, de ligação, de interligação e de interação é a que mais orienta as políticas e práticas de extensão, desafiamos a nós mesmos, profissionais que atuam no ensino superior, a realizar uma reflexão que nos permita ousar mais, ir além, avançar em conformidade com as mudanças do nosso tempo, resistir ao momento político e histórico de retrocessos que já apontamos no início desse artigo.

Numa perspectiva mais avançada e democrática de extensão, “ser a ponte” não é a tarefa mais importante dessa política-prática acadêmica, realizada pela universidade e demais IES. Os sujeitos que habitam nesses dois mundos serem interligados é o que importa. O mundo acadêmico e o mundo da comunidade, dos movimentos sociais, dos

⁷ Também por motivos éticos, não serão citados o nome e nem o site das instituições.

não universitários, não acadêmicos. Os sujeitos são o foco e não as práticas e as políticas. Antes, elas devem existir para garantir os direitos, a dignidade e o *bem viver* das pessoas e dos coletivos sociais.

Dependendo da forma como vemos e compreendemos o público da extensão, ou a comunidade com a qual trabalhamos (acadêmica e não acadêmica), podemos realizar um ou outro tipo de política-prática extensionista.

Mas, afinal, quem são os sujeitos da extensão? Como as instituições os veem? E como lidam com os conhecimentos e as práticas que produzem? São considerados conhecimentos válidos? Impactam as IES, as suas práticas pedagógicas e políticas e os seus currículos?

As reflexões do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010) nos ajudam a compreender a complexidade dessa situação. Concordando com a análise desse autor sobre as *Epistemologias do Sul*, é possível afirmar que a extensão não pode fugir da importante tarefa de construir a emancipação social. E não se constrói emancipação social se não reconhecermos, respeitarmos e trabalharmos junto aos sujeitos, os coletivos sociais diversos, os movimentos sociais e demais formas de viver, ser e lutar por direitos em uma sociedade.

Muito mais do que as maneiras como podemos construir essa tão falada “ponte com a comunidade”, é preciso compreender como enxergamos, entendemos e dialogamos com os sujeitos interligados por ela. Faz-se necessário compreender que esses sujeitos estão separados por um abismo. A existência desse abismo faz com que o campo do conhecimento se configure historicamente como um pensamento abissal, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos (2010).

Se a extensão não superar esse pensamento abissal, poderemos inventar várias formas de pontes, de como construí-las e ornamentá-las, mas a universidade e as demais IES sempre serão um universo à parte, hierarquizado e separado dos “outros”. E, por mais que tentemos trazer esses outros para dentro dos portões da vida acadêmica e universitária, eles serão considerados inaptos para conviver e viver dentro da “cidade do conhecimento”.

Nessa concepção abissal, serão sempre ofertados para esses outros sujeitos: cursos, assistência, mostras, formação, palestras, seminários e workshop inspirados somente no conhecimento científico (pesquisa e ensino). Estes outros (comunidade, estudantes, servidores) serão vistos como aqueles que possuem saberes rudimentares e que precisam da extensão para ser “a ponte”, a fim de ajudá-los a entender melhor a realidade em que vivem e lhes “brindar” com um pouco do conhecimento científico.

Santos (2010) nos diz que as linhas cartográficas “abissais” - essas que nesse artigo são consideradas como aquelas que separam a extensão dos outros sujeitos e suas realidades, se formaram há muito tempo. São elas que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial e que subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo.

O autor alerta que a injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento ‘pós –abissal’.

Santos (2010) afirma:

“O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: **o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”**. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível.

Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical por que permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. **Ou seja, nem o conceito de inclusão abarca esse Outro do outro lado do abismo**” (p.31-32). (Grifos nossos).

Como será que vemos a tão falada comunidade ou os outros sujeitos que estão fora da universidade e demais IES, e que acabam sendo os principais destinatários das políticas e práticas de extensão?

É também Santos (2010) que nos ajuda a responder. Segundo o autor, a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Para além desse lado da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética.

O autor ainda nos diz que as tensões no campo do conhecimento científico têm sido sempre visíveis, mas, todas elas têm lugar *deste lado da linha*. O *outro lado da linha*, nós o desconhecemos e não sabemos da sua força e da sua radicalidade.

A visibilidade *deste lado da linha* se assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das formas de conhecer que consideramos válidas. Santos (2010) refere-se aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do *outro lado da linha*. Segundo o autor, eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. Não produzem conhecimentos aceitáveis *deste lado da linha*.

Do *outro lado da linha*, não há conhecimento real; **existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos**, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica. **Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem aos critérios científicos de verdade** (SANTOS, 2010, p.34). (Grifos nossos).

CONCLUINDO...

Como vemos os outros com os quais trabalhamos nas políticas, práticas, projetos e ações de extensão? Nós os enxergamos como produtores de conhecimentos válidos? Ou, por mais que a nossa proposta seja popular e comunitária, acabamos por nos relacionar com eles como se a universidade e demais IES fossem as verdadeiras representantes da ciência, que irão ensiná-los a organizar a sua vida? Que serão “as pontes” que os levarão ao conhecimento? Será que consideramos que a extensão pode ser uma forma de romper com esse abismo do qual nos fala Santos (2010)?

Ela tem essa capacidade e potência, desde que reconheça que uma grande parte desses outros da extensão produzem conhecimentos sobre si mesmos e a realidade que os cerca. Muitos estão expostos a todo tipo de desigualdades e de violência. E vivem condições tão precárias de vida que os levam a focar a sua atenção na sua sobrevivência e a buscar formas de viver dignamente e sem violência.

Por isso, a universidade e as demais IES, ao realizarem as políticas e práticas de extensão, deveriam se perguntar: como são compreendidos os sujeitos da extensão e os seus conhecimentos?

É responsabilidade ética, política e profissional daquelas e daqueles que atuam no ensino superior compreender, reconhecer e respeitar os sujeitos da extensão. Elas e eles são como nós: docentes, gestoras e gestores, estudantes e técnicos administrativos. São sujeitos sociais, seres humanos, sujeitos políticos e históricos, que numa sociedade desigual se encontram muitas vezes privados do direito ao conhecimento científico e têm os seus conhecimentos desconsiderados enquanto tais (GOMES, 2011).

Assim como Santos (2010) propõe a produção de um pensamento pós-abissal para superar as linhas abissais visíveis e invisíveis, apresentamos, nessa reflexão, outra proposta de extensão: uma *extensão pós-abissal e de resistência*.

E o que isso significa? Significa construir e produzir, junto aos sujeitos da extensão, políticas e práticas que compreendam que estamos imbricados nas tensões e disputas políticas, sociais, culturais, econômicas e acadêmicas que influenciam e operam no campo do conhecimento e da política universitária, e que afetam as instituições responsáveis pela sua socialização e os seus sujeitos. Afetam também o lugar e a forma como a extensão é vista e considerada no contexto das políticas acadêmicas. Significa entender que vivemos tempos de disputas de narrativas, concepções de conhecimento e de ideologias, de indagações fortes ao campo da produção científica, oriundas de sujeitos e coletivos que antes não eram sequer considerados como legítimos produtores de conhecimento. E, nesse contexto, as reações adversas, arrogantes e autoritárias proliferam.

Precisamos, cada vez mais, construir laços e práticas solidárias, de trabalho coletivo, de justiça social e cognitiva, de superação das desigualdades e de não violência. A universidade e as demais IES não podem desistir da democracia e da realização de uma sociedade na qual haja uma real redistribuição de riqueza e poder uma sociedade pós-abissal, parafraseando Santos (2010).

Precisamos de instituições de ensino superior, sobretudo públicas, que encarem esses desafios; e de uma política-prática de extensão forte, democrática, pós-abissal e de resistência, que se posicione politicamente contra as desigualdades do mundo.

Abstract

This article is the result of the opening conference held during the 48th Pro-Rectors' Forum of Extension from Public Institutions of Higher Education of the Southeast Region - FORPROEX-Southeast. It analyzes the challenges of extension policies and practices developed by universities and other Higher Education Institutions (IES), at a political moment of deep setbacks in the advances of rights built in Brazil in the last 13 years. It proposes a new challenge for the policy-practice of extension, inspired by the studies of the sociologist Boaventura de Sousa Santos (2010), namely: a post-abysal extension that walks along with the main emancipatory struggles of social movements and Various social collectives.

Key words: University extension. Social emancipation. Resistance. Social movements. Education.

REFERÊNCIAS

BRITTO, L. P. et al. Conhecimento e formação nas IES periféricas: perfil do novo aluno da educação superior. In: *Revista Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v.13, m.3, p.777-791, nov.2008.

GAVIRIA, Luz Gabriela Arango. *Jóvenes en la Universidad: género, clase y identidad profesional*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores: Universidad Nacional de Colômbia, 2006.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. In: *Política e Sociedade*. Florianópolis, vol. 10, n.18, p.133-154, abril 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p.31-83.

SILVA, Vanessa Juliana. O novo universitário no contexto da expansão e interiorização da universidade pública no Brasil. In: *XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba: 2011, p.1-20.(mimeogr.)

www.planalto.gov.br Acesso em 29/06/2017.

www.redefederal.mec.gov.br/expansaoaredefederal Acesso em 02/07/2017.

www.portal.mec.gov.br Acesso em 02/07/2017.

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/17/internacional/1460921625_869124.html
Acesso em 02/07/2017.

Data de submissão:21/07/2017
Data de aceite:21/07/2017